

# O Público e o privado no Ensino Secundário em Santa Catarina (1945-1961)

## The Public and private in Secondary Education in Santa Catarina (1945-1961)

Norberto DALLABRIDA<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho procura compreender o subcampo – no sentido bourdieusiano – do ensino secundário no Estado de Santa Catarina, entre o início da redemocratização da sociedade brasileira (1945) e a aprovação da LDBEN de 1961. Durante esse período histórico o subcampo do ensino secundário catarinense foi marcado pelo novo crescimento de educandários católicos e pelo estabelecimento da rede pública de ginásios e de colégios. Procura-se constatar sobremaneira a timidez do ensino secundário público e gratuito, o que concorria para a exclusão de parte significativa de crianças e de adolescentes do sistema formal de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino Secundário. Subcampo. Santa Catarina.

### Abstract

This study seeks to understand the subfield - in the Bourdieusian meaning - of the secondary education in the State of Santa Catarina, from the beginning of re-democratization of Brazilian society (1945) to the approval of LDBEN in 1961. During this historical period, the subfield of secondary education in Santa Catarina was marked by new growth of Catholic schools and by the establishment of public network of gymnasiums and schools. The main objective in this study is to focus on the shortage of free public secondary education, which contributed for the exclusion of a significant part of children and teenagers from the formal education system.

**Keywords:** Secondary Education. Subfield. Santa Catarina.

---

1 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no PPGE (Mestrado) da UDESC, líder do Grupo de Pesquisa “Sociedade, Memória e Educação” e bolsista produtividade do CNPq (PQ-II). Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Endereço profissional: Rua Visconde de Ouro Preto, 457 – Centro. 88020-040 – Florianópolis – SC. Telefone: (48) 3222-9168 (UDESC) e (48) 9109-8584 E-mail:< norberto@udesc.br>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 20	n. 42	p. 145-159	jan./abr. 2011
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Com a implantação do regime republicano no Brasil, os governos estaduais priorizaram o ensino primário, particularmente por meio da instituição dos grupos escolares, e a formação dos professores desse nível de ensino, através da reforma das escolas normais. Com algumas exceções, como o Colégio Pedro II – mantido pela União – e alguns ginásios estaduais, o ensino secundário não recebeu o mesmo tratamento dos governos estaduais e federal, sendo entregue para instituições privadas, especialmente aquelas de caráter confessional. Assim, até a década de 1960, a Igreja Católica teve a maior rede de estabelecimentos de ensino secundário, sendo dinamizada e diversificada por suas ordens e congregações religiosas que imigraram para o Brasil, especialmente a partir do final do século XIX.

O presente trabalho procura compreender o subcampo do ensino secundário no Estado de Santa Catarina, entre 1945 e 1961, procurando cotejar o conjunto de educandários católicos e a rede de colégios públicos. O ano de 1945 marca o início da redemocratização brasileira, que se desdobrou no sistema de ensino, e em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que criou o ensino médio, integrando o ensino secundário, os cursos técnico-profissionais e o curso normal. Em nível estadual, nesse ano foi implantado o 1º PLAMEG – Plano de Metas do Governo –, que provocaria um crescimento expressivo do ensino médio de caráter público e gratuito. Durante esse período histórico, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942 –, o ensino secundário era formado pelos ciclos ginásial, com quatro anos de duração e comum a todos/as os/as estudantes, e colegial, com três anos de duração, que era dividido em duas opções: o curso clássico, que tonificava a formação nas humanidades clássicas e modernas, e o curso científico, que valorizava a cultura científica e tecnológica. Os estabelecimentos de ensino secundário que ofereciam o primeiro ciclo eram chamados de *ginásios*, enquanto aqueles que tinham o ensino secundário completo eram nomeados, distintivamente, de *colégios*.

Essa pesquisa sócio-histórica apoia-se na perspectiva bourdieusiana, que concebe o mundo contemporâneo formado por campos, “microcosmos sociais” que têm autonomia relativa, constituídos por leis, jogos e capitais específicos (CHAUVIRÉ; FONTAINE, 2003, p.16-19). Segundo Nogueira e Nogueira (2004, p.36), “o conceito de campo é utilizado por Bourdieu, precisamente, para se referir a certos espaços de posições sociais no qual determinado tipo de bem é produzido, consumido e classificado”. Os campos são marcados, necessariamente, por disputas pelo controle e legitimação dos bens produzidos e classificados, de forma que no seu interior há relações de força entre “posições dominantes” e “posições inferiores”. Nesta direção, Bourdieu (1983, p.89) anota que “para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas

para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.”. Para esse sociólogo francês “pensar em termos de campo é pensar relacionalmente”, que significa identificar os agentes nos diferentes setores da realidade social de forma interdependente, como num jogo de xadrez, e em perspectiva histórica. Desta forma, “entende ele [Bourdieu] que só se pode esclarecer a dinâmica de um campo pela análise genética de sua constituição e das tensões entre as posições que o constituem, em especial, o campo do poder” (CATANI, 2008, p. 321).

Bourdieu realizou investigações sociológicas sobre vários campos, entre os quais o campo educacional. Em parceria com Jean-Claude Passeron, ele publicou *Les héritiers* (BOURDIEU; PASSERON, 1985), que aborda as Faculdades de Letras, e *A Reprodução* (BOURDIEU; PASSERON, 2008), obra que denuncia os mecanismos reprodutivos do sistema de ensino. Na década de 1980, Bourdieu escreveu *Homo academicus* (BOURDIEU, 1984), uma reflexão sociológica sobre o mundo universitário francês e, com a colaboração de Monique de Saint Martin, *La noblesse d'état* (BOURDIEU, 1989), uma obra volumosa e densa sobre a elitização das chamadas *grandes écoles* francesas – instituições de educação superior, independentes das universidades, que têm por objetivo formar as elites dirigentes e intelectuais. Nessa última obra, Bourdieu aprofundou a dimensão histórica da sua análise “sociológica” e pensou as *grandes écoles* como o subcampo dominante e elitizado que integra o campo do ensino superior francês (BOURDIEU, 1989, p.213).

Nesta direção, procura-se estudar o subcampo do ensino secundário em Santa Catarina entre 1945 e 1961, quando ele teve um crescimento expressivo, passando a ter maior diversidade e concorrência. Com a redemocratização da sociedade brasileira, em Santa Catarina houve a implantação de escolas públicas e regulares de ensino secundário, bem como a criação dos primeiros ginásios vinculados à Igreja Luterana. Por outro lado, nesse período ocorreu uma nova expansão dos colégios católicos de ensino secundário, dirigidos por congregações religiosas femininas e masculinas. No interior do subcampo do ensino secundário catarinense havia uma diferença marcante entre os ginásios, estabelecimentos de ensino que ofereciam somente o curso ginasial, às vezes vinculados a escolas de formação de professores/as do ensino primário, e os colégios, que ministravam o ensino secundário completo, localizavam-se nas maiores cidades e tinham mais prestígio social.

Essa investigação sócio-histórica apoia-se em documentos escritos e iconográficos, bem como em depoimentos de ex-professores/as e de alunos/as egressos/as. Desta forma, por meio da análise do subcampo do ensino secundário catarinense, entre meados dos anos 1940 e início da década de 1960, pretende-se compreender os limites da democratização da educação na sociedade catarinense em perspectiva histórica.

## Nova expansão dos colégios católicos

Em Santa Catarina, durante o Estado Novo, o número de estabelecimentos de ensino secundário – os ginásios – permaneceu estável, sendo que seis pertenciam a congregações católicas e dois eram mantidos parcialmente por prefeituras municipais (DALLABRIDA; CARMINATI, 2007). Com a vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), alguns deles implantaram imediatamente o segundo ciclo do ensino secundário e, por isso, ganharam o *status* de colégio. Desta forma, por meio do Decreto Presidencial nº 11.236, de 8 de janeiro de 1943, o Ginásio Catarinense, localizado em Florianópolis – capital do Estado de Santa Catarina – e dirigido pelos padres jesuítas, passou a se chamar Colégio Catarinense. Nos primeiros anos, esse educandário jesuítico ofereceu os dois cursos do segundo ciclo do ensino secundário, mas, a partir de 1947, passou a ministrar somente o Curso Científico, preferido pela grande maioria dos estudantes secundaristas brasileiros (COLÉGIO ..., 2005, p. 50-53 SOUZA, 2008, p. 205).

De modo similar ao educandário dos jesuítas da capital catarinense, os dois ginásios da Ordem Franciscana de ascendência germânica também implantaram o segundo ciclo do ensino secundário. No Colégio Santo Antônio de Blumenau, pelo Decreto nº 11.338, de 15 de janeiro de 1943, foram autorizados a funcionar os cursos científico e clássico (EMMENDOERFER, 1952, p. 301). O Ginásio Diocesano, sediado em Lages, foi transformado no Colégio Diocesano por meio do Decreto Presidencial nº 11.408, de 20 de janeiro de 1943, e passou a oferecer os cursos clássico e científico (SEMENTE..., 1981, p. 20-22). As cidades de Blumenau e de Lages eram capitais regionais, respectivamente, do Vale do Itajaí-Açu e da Região Serrana de Santa Catarina.

O Colégio Coração de Jesus, que tinha o curso primário desde a sua criação, no final do século XIX, em Florianópolis, passou a oferecer o curso normal a partir de 1919, configurando-se como uma escola das filhas das elites catarinenses. Em meados da década de 1930, esse colégio passou a oferecer também o curso ginásial e, a partir de 1947, implantou o curso científico para mulheres que pretendiam ingressar em cursos superiores. Esse passo representou uma mudança significativa no colégio, especialmente no tocante à constituição do corpo docente, pois a grande maioria das freiras era preparada para atuar no ensino primário e normal e o Curso Científico exigia professores especializados e habilitados (MARTINI, 2008). A Congregação das Irmãs da Divina Providência tinha a maior rede de colégios católicos, privados e femininos de Santa Catarina, que ofereciam ensino primário e normal. Em alguns deles também era ministrado o curso ginásial, como no Ginásio Sagrada Família de Blumenau (COLÉGIO..., 2010b) e no Colégio São José de Tubarão (COLÉGIO, 2010c).

Em Tubarão, em 1947, foi criado o Ginásio Sagrado Coração de Jesus, sob a direção da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, que oferecia o curso ginasial – o primeiro ciclo do ensino secundário. Dez anos depois, esse educandário passou a oferecer o Curso Científico e, por isso, passou a se chamar Colégio Dehon, em homenagem ao fundador da congregação religiosa que o dirigia – o padre Leão Dehon (COLÉGIO ..., 1997, p.1). Nesse momento histórico, Tubarão tornava-se a cidade-pólo do sul de Santa Catarina, sendo a primeira a ter um estabelecimento de ensino secundário completo, com regime de externato e internato. Os padres dehonianos também instituíram, em 1953, na cidade de Brusque, o Ginásio São Luiz, que se transformaria em colégio somente no início da década de 1970 (KOCH, 1992, p.158-160). Em boa medida, esse ginásio católico era um contraponto ao Ginásio Cônsul Carlos Renaux, criado em Brusque em 1947, pela Sociedade Escolar Evangélica, pertencente à Igreja Luterana (RISTOW, 1999, p. 63-64). Desta forma, a disputa simbólica entre católicos e luteranos em Brusque, transversalizava também o campo escolar e o subcampo do ensino secundário.

No final do Estado Novo, a Congregação dos Irmãos Maristas tinha dois estabelecimentos de ensino que ofereciam o curso ginasial: o Ginásio Aurora, localizado na cidade de Caçador, e o Ginásio Frei Rogério, sediado em Joaçaba. Essa congregação católica de origem francesa havia imigrado para o Rio Grande do Sul em fins do século XIX e, a partir de 1938, migrou para o Oeste Catarinense, acompanhando o deslocamento de descendentes de europeus que buscavam novas terras e perspectivas de vida. Caçador e Joaçaba eram as cidades-polo do Vale do Rio do Peixe, que disputavam a liderança daquela região. A atuação educacional dos discípulos de Champagnat desdobrou-se na emergente cidade de Chapecó, onde foi fundado, em 1959, o Ginásio São Francisco (AZZI, 1999, p. 209). Na região Oeste de Santa Catarina, a instalação dos colégios dos Irmãos Maristas, que passaram a oferecer o curso ginasial e o curso de técnico de contabilidade, contribuiu para a construção das cidades num ambiente eminentemente rural.

Os Irmãos Maristas estabeleceram-se, de forma marcante, também no nordeste de Santa Catarina. Nessa região, iniciaram a sua obra educacional em Jaraguá do Sul, onde estabeleceram, no início de 1948, o Ginásio São Luís, que ganharia um imponente prédio escolar. Em 1952, em Canoinhas – região limítrofe entre o nordeste e o norte de Santa Catarina – fundaram o Ginásio Santa Cruz e, no ano seguinte, o Ginásio São Bento, na cidade homônima. O coroamento dessa expansão escolar marista deu-se com a criação do Ginásio São José, em 1960, em Joinville, polo industrial e capital da região nordeste de Santa Catarina (AZZI, 1999, p.211-217). Nessa cidade o ensino secundário estava

estabelecido por meio do Colégio Bom Jesus, que, desde 1943, oferecia o curso ginásial e o curso científico, e na década de 1950 passou a ser administrado pela “Sociedade Filantrópica Bom Jesus”, que tinha liames com a Igreja Luterana (TERNES, 1986, p. 107-118).

A Congregação Marista estabeleceu-se também na região sul de Santa Catarina por meio da implantação do Ginásio Masculino São José, no início de 1961, na cidade de Criciúma. No ano seguinte essa escola passou a se chamar Ginásio Marista e, em 1966, com a implantação do curso científico, foi nomeado de Colégio Marista (AZZI, 1999, p.218). Nesse momento histórico a cidade de Criciúma afirmava-se devido à expansão da indústria carbonífera, disputando com Tubarão a condição de polo regional, e já tinha o Ginásio Madre Teresa Michel, instituído em 1956, pela Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, sendo dirigido para adolescentes mulheres. Ao lado do Colégio Dehon e do Ginásio Madre Teresa Michel, o Ginásio Marista ampliava a presença educacional católica na região sul catarinense (COLÉGIO..., 2010a). O contraponto aos educandários católicos era realizado pelo Ginásio Lagunense, criado em Laguna, em 1932, que oferecia educação semipública (municipal), laica e coeducativa (DALLABRIDA; SILVA, 2007). Na segunda metade da década de 1950, enquanto o Ginásio Lagunense ainda oferecia somente o curso ginásial, estagnado como a cidade de Laguna, o Colégio Dehon passou a oferecer o ensino secundário completo, com a criação do Curso Científico.

Com o objetivo de atender imigrantes italianos e seus descendentes no Médio Vale do Itajaí-Açu, os salesianos inicialmente radicaram-se na localidade de Ascurra, onde criaram, em 1926, o Instituto Salesiano São Paulo, que passou a oferecer curso primário e escola agrícola. Duas décadas depois, nesse seminário católico foi implantado o curso ginásial, que passou a se chamar Ginásio São Paulo, passando a receber alunos externos somente no final da década de 1950 (AZZI, 1997, p. 254-262). Os discípulos de Dom Bosco migraram para Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí-Açu, onde estabeleceram, em 1948, o Ginásio Dom Bosco. Nesse município, dois anos antes havia sido estabelecido o Ginásio Maria Auxiliadora, dirigido pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, que oferecia o curso ginásial para adolescentes homens e mulheres. No entanto, com a chegada dos salesianos, o Ginásio Maria Auxiliadora tornou-se exclusivamente feminino, e o Ginásio Dom Bosco foi dirigido só para homens, obedecendo à divisão de gênero prescrita nas determinações oficiais da Igreja Católica (ARECO, 1998, p.123-131). Em Rio do Sul, o estabelecimento fervoroso desses ginásios católicos teve o intuito de fazer frente à comunidade luterana, que era numerosa, bem organizada e proprietária de instituições escolares (AZZI, 1997, p. 267-279).

Os salesianos expandiram a sua obra escolar em Itajaí, cidade portuária e polo do Baixo Vale do Itajaí-Açu em 1956, quando assumiram a direção do Ginásio de Itajaí – criado oito anos antes por uma sociedade anônima –, que passou a se chamar Ginásio Salesiano Itajaí e se transformou numa referência escolar regional e um polo irradiador da cultura católica tradicional (AZZI, 1997, p. 217-281). Os salesianos, portanto, estabeleceram ginásios em duas cidades médias do Vale do Itajaí-Açu e numa localidade rural, contribuindo, de forma significativa, com a escolarização de grupos sociais à margem do ensino público.

Entre meados dos anos 1950 e o início da década de 1960 constata-se o crescimento vigoroso de colégios católicos masculinos e femininos, que ofereciam ensino secundário. No entanto, houve uma clivagem entre os colégios que ministravam o ensino secundário completo, localizados nas principais cidades catarinenses, e os ginásios que ofereciam somente o curso ginásial, estabelecidos em cidades de porte médio e pequeno. Nesse momento histórico, de acordo com as orientações papais, os educandários católicos eram distintos em gênero, mas aqueles que eram frequentados somente por adolescentes homens eram em número maior. E, em relação ao segundo ciclo do ensino secundário, havia vários colégios católicos masculinos e somente um feminino – o Colégio Coração de Jesus.

### A criação da rede pública de ensino secundário

No início da redemocratização da sociedade brasileira (1945), o Estado de Santa Catarina não tinha estabelecimentos de ensino secundário de caráter público e gratuito. Essa situação foi provocada por um contrato assinado, em 1920, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, que determinava que o Ginásio Catarinense – dirigido pelos padres jesuítas – teria “todas as regalias de um Instituto Estadual ou Oficial” e o Governo Estadual não poderia criar, durante a vigência do contrato, outro “ginásio oficial” no território catarinense. Esse contrato entrou em vigor em 1º de janeiro de 1921 e tinha um prazo de duração de vinte e cinco anos, de forma que ele estabeleceu a privatização do ensino secundário em Santa Catarina (DALLABRIDA, 2006, p. 130-1). No final de 1946 – ano em que expirava o contrato entre os jesuítas e o executivo catarinense – foram envidados esforços no sentido de instituir o ensino secundário de caráter público estadual em Santa Catarina. Desta forma, no início do ano seguinte, nas cidades de Florianópolis, Blumenau e Lages, foram instituídos os primeiros cursos ginásiais mantidos pelo Estado de Santa Catarina.

Em Florianópolis, por meio do Decreto-lei nº 3.779, de 27 de janeiro de 1947, foi criado o curso ginásial público e gratuito no Instituto de Educação Dias Velho (SANTA CATARINA..., 1947, p. 1). Segundo Eglê Malheiros, professora do Instituto de Educação Dias Velho nesse momento histórico, o processo de implantação do primeiro ciclo do ensino secundário foi marcado por tensões. No início de 1947, quando venceu o prazo do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Companhia de Jesus, houve pressão para que o senhor Aderbal Ramos da Silva, que se preparava para assumir o executivo catarinense, renovasse o contrato com os jesuítas, impedindo a implantação do ensino secundário público, gratuito e laico. No entanto, apesar de ter sido aluno do Colégio Catarinense na década de 1920, Aderbal Ramos da Silva não renovou o contrato com os jesuítas e enviou emissários para o Ministério da Educação com a documentação necessária para a efetivação da implantação do curso ginásial no Instituto de Educação Dias Velho (MALHEIROS, 2008, p.2).

Três anos depois, nesse educandário foram criados os cursos clássico e científico, ou seja, o segundo ciclo do ensino secundário, de forma que a reunião dos cursos ginásial e colegial formou o Colégio Estadual Dias Velho (COLÉGIO..., 1950, p. 2). A instituição do ensino secundário completo representava uma transformação significativa pelo fato de o Instituto de Educação Dias Velho ser um estabelecimento de ensino que formava professores/as normalistas. O oferecimento dos dois ciclos do ensino secundário engendrou o problema de espaço físico nesse educandário, fazendo com que o curso ginásial fosse oferecido no período diurno, enquanto os cursos científico e clássico funcionassem de noite. Na cidade de Florianópolis, a criação do Colégio Estadual Dias Velho proporcionava o ensino secundário para aqueles grupos sociais desfavorecidos que não podiam ou não queriam pagar esse nível de escolarização oferecido pelos colégios privados – o Colégio Catarinense e o Colégio Coração de Jesus – e para aqueles alunos/as que buscavam educação laica.

Devido ao seu caráter público, os/as professores/as do Colégio Estadual Dias Velho eram admitidos por meio de concurso público, que conferia ao corpo docente diversidade ideológica, religiosa e cultural. Havia professores vinculados ao catolicismo, outros eram espíritas e o professor de Grego era um sacerdote da Igreja Ortodoxa de Florianópolis. Um grupo pequeno de docentes era socialista, como a professora Eglê Malheiros, que militava no Partido Comunista Brasileiro. Ela era professora de História e apoiava-se em “uma perspectiva marxista”, especialmente a partir das obras de Caio Prado Júnior (MALHEIROS, 2008, p. 3-20). Ainda havia alguns professores do Colégio Estadual Dias Velho que tinham ligações com o Círculo de Arte Moderna, mais conhecido como Grupo Sul, que disseminou, a partir do final da década de 1940, o modernismo artístico na capital



catarinense. Apesar dessas diferenças, que conferiam diversidade na cultura escolar do ensino secundário, o corpo docente pautava-se pela convivência respeitosa e solidariedade institucional (SACHET, 2010, p. 2-5). Outro traço marcante da cultura escolar do Colégio Estadual Dias Velho era a prática da coeducação, que o diferenciava dos outros colégios de ensino secundário de Florianópolis, distintos em gênero e dirigidos por congregações católicas.

A Escola Normal de Lages foi implantada em 1934, sendo transformada em Instituto de Educação, no ano seguinte, pela chamada Reforma Trindade (PINTO, 2002, p. 7). O Instituto de Educação de Lages converteu-se, desta forma, na segunda escola completa de formação de professores/as para o ensino primário e a única localizada no interior de Santa Catarina. Em 1947, esse instituto de educação passou a oferecer o curso ginásial público e gratuito, que se configurou um contraponto aos colégios católicos da cidade de Lages – o Colégio Diocesano e o Colégio Santa Rosa de Lima (COSTA, 1947, p. 6). O Ginásio Estadual Vidal Ramos também praticava a coeducação, proporcionando escolarização secundária para adolescentes de ambos os sexos, especialmente aqueles oriundos de grupos sociais desfavorecidos que não podiam pagar um colégio privado.

No início da década de 1950, cogitou-se criar o Curso Científico no Instituto de Educação de Lages, mas esse projeto não se efetivou em boa medida devido à oposição da Igreja Católica. Nesta direção, o diretor do Colégio Diocesano, frei Odorico Durieux, enviou uma correspondência ao então Governador de Santa Catarina, Irineu Bornhausen, em que solicitava que a criação do Curso Científico no Instituto de Educação de Lages fosse evitada e sugeria que o Estado de Santa Catarina mantivesse 60 vagas no Colégio Diocesano – dirigido pelos padres franciscanos –, sendo vinte vagas em cada uma das três séries de seu Curso Científico (DURIEUX, 19-?). O diretor do Colégio Diocesano constata que, se o segundo ciclo do ensino secundário for criado no Instituto de Educação, o Curso Científico do Colégio Diocesano fecharia devido à baixa frequência de alunos. A missiva de frei Odorico provavelmente foi escrita em 1951, ano em que o senhor Irineu Bornhausen assumiu o executivo catarinense, e pedia o mesmo tratamento para o Colégio Santo Antônio de Blumenau, também administrado pela Ordem Franciscana. Desta forma, o Curso Científico público e gratuito somente foi instituído em Lages em 1966, quando da criação do Colégio Estadual de Lages (MALINVERNI, 2010), como parte integrante no início da massificação do ensino secundário em Santa Catarina.

Em Blumenau, por meio do Decreto nº 3.781, de 27 de janeiro de 1947, foi instituída a Escola Normal Pedro II, que agregava o grupo escolar homônimo – criado cinco anos antes em substituição à Escola Alemã fechada pela nacionalização autoritária do Estado Novo – e os cursos normal e ginásial. Assim, a concretização

do curso ginásial público e gratuito em Blumenau deu-se por meio da realização do primeiro exame de admissão, que formou a primeira turma de ginásianos/as da Escola Normal Pedro II, formada por 34 homens e 29 mulheres. As aulas do primeiro ciclo do ensino secundário iniciaram em 01 de março de 1947, no período vespertino, com duas turmas da 1ª série do curso ginásial (DUARTE, 2007, p.34). Em 14 de novembro daquele ano, o Ministério da Educação e Saúde concedeu equiparação ao curso ginásial da Escola Normal Pedro II, que seria inaugurada oficialmente cinco dias depois, de forma solene, com a presença do então governador de Santa Catarina, Aderbal Ramos da Silva. A partir de 05 de janeiro de 1951, após a formatura da primeira turma de ginásianos/as, o curso ginásial de Blumenau passou a se chamar Ginásio Estadual Pedro II (CIPRIANI, 2006, p. 77-110).

O Curso Científico – segundo ciclo do ensino secundário – foi criado na Escola Normal Pedro II somente no início de 1957, que engendrou a criação do Colégio Estadual Pedro II. Em realidade, esse fato foi o coroamento um movimento social, liderado pela União Blumenauense de Estudantes (UBE), que reivindicava um curso científico público, gratuito e noturno para os estudantes de Blumenau e da região do Médio Vale do Itajaí-Açu que não podiam pagar colégios privados. A UBE havia sido criada, em 1952, por Vitor Fernando Sasse – aluno do 4º ano do curso ginásial do Ginásio Estadual Pedro II – e promovia eventos esportivos, culturais e políticos (DUARTE, 2007, p.59-61). Por outro lado, segundo Cipriani (2006, p.111), houve resistência à implantação do curso científico por parte dos padres franciscanos, que dirigiam o Colégio Santo Antônio – o único educandário que oferecia o ensino secundário completo na cidade de Blumenau. Nesta direção, um dos adolescentes que se tornou aluno do Colégio Estadual Pedro II, afirma:

Naturalmente que os padres [franciscanos] ficaram possessos com o nosso movimento e tentaram impedir de todas as formas que se implantasse o [Curso] Científico. Houve inclusive um debate público. Isso criou uma situação de animosidade que chegou a se refletir em eventos esportivos. Porque a UBE promovia torneios entre os colégios. A rivalidade chegou a tal ponto que quando se cruzavam [o Colégio] Santo Antônio versus o [Colégio] Pedro II, chegava a ocorrer, inclusive confrontos físicos entre os alunos. (CIPRIANI, 2006, p. 111).

A partir de 1957, o Curso Científico do Colégio Estadual Pedro II passou a ser oferecido no período noturno, que visava dar oportunidade de escolarização secundária para aqueles/as adolescentes que trabalhavam durante o dia. Para

atingir ainda mais esse objetivo, no final dos anos 1950, o curso ginasial, que era oferecido no período diurno, também passou a ser ministrado à noite (CIPRIANI, 2006, p.112). Desta forma, os/as adolescentes socialmente desfavorecidos de Blumenau e da região do Médio Vale do Itajaí-Açu passaram a ter a oportunidade de frequentar um colégio de ensino secundário público, gratuito e coeducativo. O Colégio Estadual Pedro II afirmou-se na cidade de Blumenau especialmente pela constituição de seu corpo docente, que tinha formação consistente e prestígio social. Ele contrastava com os colégios católicos da cidade de Blumenau, que eram privados e distintos em gênero.

O Ginásio Barão de Antonina foi instituído na cidade de Mafra, em 1937, pela Associação Mafrense de Ensino, uma associação civil e laica criada no ano anterior com o intuito de oferecer ensino secundário, tendo o apoio de alguns municípios da região Norte de Santa Catarina. Ele se diferenciou no subcampo do ensino secundário catarinense pelo fato de conceder escolarização secundária para alunos e alunas, sustentando a coeducação numa época marcada por colégios católicos que separavam a educação de adolescentes homens e mulheres (MARTINS, 2009). Em 1950, o Ginásio Barão de Antonina implantou o Curso Científico, um fato significativo que indica a qualidade da sua infraestrutura e do seu corpo docente, passando a se chamar Colégio Barão de Antonina. No entanto, no início de 1952, devido a problemas financeiros, os seus bens imóveis e móveis, que pertenciam à Associação Mafrense de Ensino, foram doados ao Estado de Santa Catarina, que transformou o Colégio Barão de Antonina num estabelecimento de ensino público e gratuito. Nessa operação, a Sociedade Mafrense de Ensino envidou esforços para manter o Curso Científico, mas o Governo Estadual estabeleceu a Escola Normal Barão de Antonina formada somente com um curso ginasial (SOCIEDADE MAFRENSE DE ENSINO, 1952).

Constata-se que, entre meados da década de 1940 e o início dos anos 1960, em Santa Catarina, havia apenas quatro estabelecimentos de ensino público e gratuito que ofereciam escolarização secundária. Trata-se dos institutos de educação de Florianópolis e de Lages e das escolas normais de Blumenau e de Mafra. Deve-se registrar também que somente o Colégio Estadual Dias Velho e o Colégio Estadual Pedro II ofereciam o curso secundário completo, enquanto o Instituto de Educação de Lages e a Escola Normal Barão de Antonina somente concediam o curso ginasial. A rede de ensino secundário público em Santa Catarina nasceu vinculada aos estabelecimentos de formação de professores/as do ensino primário, que tiveram que ser reinventados na sua estrutura e no seu corpo docente para admitir alunos/as secundaristas. E, até o início da década de 1960, ela era muito pequena e tímida no subcampo do ensino secundário catarinense, dominado pelos colégios católicos.

## Considerações finais

Entre 1945 e 1961, com a criação de novos colégios católicos, o estabelecimento de ginásios vinculados à Igreja Luterana e a instituição de cursos ginásial, científico e clássico de caráter público e gratuito, o subcampo do ensino secundário catarinense passou a ser mais complexo e a provocar concorrência. Nas cidades de Florianópolis, Blumenau e Lages, onde havia educandários de congregações religiosas e colégios públicos de ensino secundário, estabeleceu-se uma disputa escolar, que confrontava valores e princípios católicos conservadores e uma orientação pública, republicana e laica. Os colégios católicos imprimiam um enquadramento disciplinar mais rigoroso, envolvendo o regime de internato, tinham um corpo docente mais afinado e, seguindo as orientações oficiais da Igreja Católica, eram distintos em gênero. Os estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo poder público estadual tinham um corpo docente mais heterogêneo e diversificado e uma atmosfera disciplinar mais aberta e praticavam a coeducação. Em algumas cidades catarinenses, como em Rio do Sul e em Brusque, a disputa no subcampo do ensino secundário colocava-se entre colégios católicos e luteranos, que estimulava inovações escolares.

Em Santa Catarina, entre meados dos anos 1950 e o início da década de 1960, constata-se que o ensino secundário era um artefato cultural eminentemente urbano. Os colégios que ofereciam ensino secundário completo localizavam-se nas principais cidades catarinenses, enquanto os educandários que tinham somente o curso ginásial estavam sediados nas cidades médias e pequenas. Nesse período histórico, o processo de expansão do ensino secundário não chegou ao mundo rural, a não ser por meio dos seminários católicos, que deram oportunidade a alguns filhos de camponeses de verticalizar a sua escolarização além do curso primário. Nessa apreciação, deve-se levar em conta que o Estado de Santa Catarina era pequeno e periférico no conjunto nacional, e era descentralizado. Nos estados federados mais desenvolvidos como São Paulo e o Rio de Janeiro, o ensino secundário era mais disseminado, especialmente aquele de caráter público e gratuito.

Constata-se também que, apesar de maior diversificação e concorrência no subcampo do ensino secundário catarinense, havia predominância dos colégios católicos e a tímida presença dos estabelecimentos públicos e gratuitos. Em Florianópolis, Lages e Blumenau os colégios católicos envidaram esforços para impedir a criação de estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo poder público estadual, demonstrando poder e prestígio. Pode-se considerar que a criação dos primeiros cursos ginásiais, científicos e clássicos de caráter público e gratuito contribuiu para iniciar a “democratização quantitativa” do ensino secundário, mas a configuração do subcampo do ensino secundário, marcada pela presença maciça dos colégios privados e confessionais, excluía a grande maioria dos adolescentes catarinense do sistema formal de ensino.

## Referências

- ARECO, N. M. S. M. **Instituto Maria Auxiliadora 1928-1998: 70 anos no Coração de Rio do Sul**. Rio do Sul: Imprensa Continental, 1998.
- AZZI, R. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina: a atuação pastoral e educativa dos salesianos 1942-1991**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1997. v. II.
- \_\_\_\_\_. **História da Educação Católica no Brasil: contribuição dos Irmãos Maristas 1897-1997**. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, 1999. v. 3.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984. (Le sens commun).
- \_\_\_\_\_. **La noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989. (Le sens commun).
- \_\_\_\_\_. Algumas propriedades dos campos. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Les héritiers: les étudiants et la culture**. Paris: Éditions de Minuit, 1985. (Le sens commun).
- \_\_\_\_\_. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CATANI, D. B. Pierre Bourdieu e a História (da Educação). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 319-340.
- CHAUVIRÉ, C.; FONTAINE, O. **Le vocabulaire de Bourdieu**. Paris: Ellipses, 2003.
- CIPRIANI, J. R. **Escola Normal Pedro II (1940-1950): um estudo sobre a formação de sujeitos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)-. Centro de Ciências da Educação – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.
- COLÉGIO CATARINENSE. **Livro dos formandos**. Florianópolis: Colégio Catarinense, 2005.
- COLÉGIO DEHON: **50 anos de história**. Tubarão: Ed. Universitária da UNISUL, 1997.
- COLÉGIO ESTADUAL DIAS VELHO. **A Gazeta**. Florianópolis, n. 3.651, 16. fev., 1950. p. 2.

COLÉGIO MADRE TERESA MICHEL. **Histórico**. Disponível em: [http://www.colegiomichel.com.br/home/index.php?sec=colegio\\$hist](http://www.colegiomichel.com.br/home/index.php?sec=colegio$hist) Acesso em: 25 jun. 2010a, .

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA. **História**. Disponível em: <http://www.sagrada.net/contentId/19453>. Acesso em: 21 jun. 2010b, 18:02:00.

COLÉGIO SÃO JOSÉ. **História**. Disponível em: <http://www.saojose.g12.br/index.php?id=5&item=18>. Acesso em: 21 jun.2010c, 21:01:00.

COSTA, A. V. Exames e matrículas. **Correio Lageano**. Lages, n. 379, 08 fev.1947. p. 6.

DALLABRIDA, N. 5 Privatização e elitização do ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX-meados do século XX). In: VALLE, I. R. **Ensino Médio em Santa Catarina: histórias, políticas, tendências**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006. p.117-140.

DALLABRIDA, N.; CARMINATI, C. J. (Org.). **O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX-meados do século XX)**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

DALLABRIDA, N.; SILVA, F. In: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João (Org.). **O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX-meados do século XX)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p.27-50.

DUARTE, D. C. **O Ginásio Estadual Pedro II e o ensino secundário para as classes médias (1946-1956)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DURIEUX, F. O. Memorandum ao Sr. Governador do Estado, Sr. Irineu Bornhausen. Lages, [s. n.], [19-?]

EMMENDOERFER, F. E. Colégio Santo Antônio. In: DADOS históricos: 75º Aniversário da Fundação do Colégio Santo Antônio. Blumenau: Colégio Santo Antônio, 1952. p.298-301.

KOCH, E. D. **Convento SCJ: contribuição à história da Província e de Brusque (SC)**. Brusque: Convento Sagrado Coração de Jesus, 1992.

MALHEIROS, E. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 10 de junho de 2008.

MALINVERNI, J. C. Informação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por norberto@udesc.br em 06 out.2010.

MARTINI, E. M. S. **Curso Científico do Colégio Coração de Jesus: cultura escolar e socialização das elites femininas de Santa Catarina (1947-1961)**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2008.

MARTINS, M. R. **Co-educação, cultura escolar e seus limites: Ginásio Barão de Antonina (1942-1952)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO, F. M. M. Escola Pública em Lages na década de 1930: espaço de disputa política. IV ANPEDSUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. **Anais...** Florianópolis, 2002. p.1-10.

RISTOW, A. **Educação: História Ilustrada de um Ideal**. Florianópolis: IOESC, 1999.

SACHET, C. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 13 de junho de 2010.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto nº 3.779, de 27 de janeiro de 1947. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 29/01/1947, nº 3.397. p.1.

SEMENTE Franciscana: **Colégio Diocesano** – Lages 1895. Lages: Colégio Diocesano, 1981.

SOCIEDADE MAFRENSE DE ENSINO. Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada aos 13 de janeiro de 1952.

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

TERNES, A. **Colégio Bom Jesus: 60 anos de ensino**. Joinville: Gráfica Meyer, 1986.

Recebimento em: 05/12/2010.  
Aceite: 09/05/2011.